



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**POLÍTICAS PÚBLICAS ACERCA DAS
DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Fábio Augusto Dirings

**Tio Hugo, RS, Brasil
2009**

POLÍTICAS PÚBLICAS ACERCA DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

por

Fábio Augusto Dirings

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do
título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Prof. Mariglei Severo Maraschin

**Tio Hugo, RS, Brasil
2009**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**POLÍTICAS PÚBLICAS ACERCA DAS
DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM**

elaborada por
Fábio Augusto Dirings

como requisito para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Mariglei Severo Maraschin, Ms.
(Presidente/Orientador)

Claudio Emelson Guimarães Dutra, Ms. (UFSM)

Vantoir Roberto Brancher, Ms. (UFSM)

Tio Hugo, RS, 08 de agosto de 2009.

Este trabalho é dedicado a Marlise Weber Dirings, minha mãe, falecida em 13 de abril de 2009, aos 55 anos de idade, após enfermidade de aproximadamente dois meses.

A esta mulher que sempre me incentivou a querer e buscar sempre mais, o meu agradecimento e o meu reconhecimento pela luta que travou para ver seus filhos superarem os horizontes.

Marlise: cada um parte a seu tempo, na esperança do reencontro. Viverei nesta expectativa, seguindo os teus exemplos, para que no momento em que nos reencontrarmos, o orgulho pelos meus feitos possa estar estampado em sua face!

Por você e para você Mãe!

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

POLÍTICAS PÚBLICAS ACERCA DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

AUTOR: FÁBIO AUGUSTO DIRINGS

ORIENTADORA: MARIGLEI SEVERO MARSCHIN

Data e Local da Defesa: Tio Hugo, RS, 08 de agosto de 2009.

O processo de ensino aprendizagem é um tema altamente complexo e muito discutido por intelectuais das mais variadas áreas. Todos tentam repensar a educação, principalmente no que se refere a qualidade do processo. Sendo assim, inúmeros são os debates em torno das políticas públicas para alunos com dificuldades de aprendizagem. O presente estudo tem por objetivo analisar as principais dificuldades apresentadas pelos alunos e como se direcionam as políticas públicas para atender os alunos com este tipo de “déficit” de aprendizagem, no âmbito dos governos federal e estadual e mais especificamente os exemplos que partem do município de Não-Me-Toque/RS. Pois, se a questão é qualidade, é necessário que ela chegue a todos os discentes, sem “exclusões”, sendo esta excelência do processo responsabilidade dos gestores em parceria com os docentes.

Palavras-chave: Dificuldades de Aprendizagem. Políticas Públicas. Educação. Gestão Educacional.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

PUBLIC POLICIES ON LEARNING DIFFICULTIES

AUTHOR: FÁBIO AUGUSTO DIRINGS

ADVISER: MARIGLEI SEVERO MARSCHIN

Data e Local da Defesa: Tio Hugo, RS, 08 de agosto de 2009.

The teaching and learning process is a highly complex and discussed issue, which involves intellectuals from the most varied areas. All of them try to rethink education, mainly in relation to the quality of the process. In this way, there have been countless debates on the public policies for students that present difficulties in learning. This work aims to analyse the main difficulties such students have and how the public policies are being managed in order to help children with this kind of “deficit” in learning, more specifically those measures from the country government, from Rio Grande do Sul state and the ones taken in Não-Me-Toque/ RS town. If the question is quality, so it's necessary that it reaches all the children, without exclusions, being this excellence in the process responsibility of the education managers along with schools and students

Key-words: Difficulties in Learning. Public Policy. Education. Educational Management.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM	11
2.1 O que são realmente dificuldades de aprendizagem	11
2.2 Como constatar uma dificuldade de aprendizagem	12
2.3 Os principais tipos de dificuldades	15
2.3.1 Dislexia	15
2.3.2 Disgrafia	17
2.3.3 Disortografia	18
2.3.4 Dislalia	19
2.3.5 Discalculia	20
2.3.6 TDAH	21
3. POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS PARA ALUNOS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM	25
4. POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PARA ALUNOS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM	29
5. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ALUNOS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO MUNICÍPIO DE NÃO-ME-TOQUE	33
5.1 O Município de Não-Me-Toque	33
5.2 A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	34
5.2.1 O Projeto Mão no Lápis Coração Feliz	35
5.2.2 Aprender e Criar é só Começar	38
5.2.3 As turmas de menor número de Alunos	39
5.2.4 Apoio Pedagógico	41
5.2.5 Salas Multifuncionais	41
5.2.6 Recuperação Paralela	42

6. O GESTOR E A DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM	43
6.1 A evolução lenta e gradual da educação	43
6.2 A questão inclusiva ao longo dos tempos	45
6.3 E agora, gestor?	46
6.3.1 Conceituando Gestão em educação	46
6.3.2 O Gestor e as Políticas Públicas para alunos com dificuldades de aprendizagem	47
7. METODOLOGIA	50
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICE	57
ANEXOS	63

1. INTRODUÇÃO

O processo de ensino aprendizagem é um tema altamente complexo e muito discutido por intelectuais das mais variadas áreas do conhecimento. Todos tentam (re)pensar a educação, principalmente no que se refere qualidade do processo. Qualidade esta que envolve atualmente, a obtenção de bons índices, medidos pelos governos federal, estaduais e municipais, destacando-se neste certame o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), sendo que a média nacional, numa escala que vai de 0 a 10, encontra-se atualmente em 4,2.

Cabe aqui fazer uma importante ressalva quanto a vinculação da preocupação com a qualidade e os números indicados por esta avaliação nacional que compreende notas de provas aplicadas a última série/ano da primeira e última etapas do Ensino Fundamental e taxas de repetência e evasão escolar. O desejo do governo federal em fazer este índice crescer é louvável. Mas de que forma isto está acontecendo? A preocupação central tem sido a qualidade; ao menos é o que se deixa transparecer nos espaços publicitários. Porém, o que se vê e se constata no dia-a-dia das escolas, é uma preparação geral dos educandos para a realização dos testes, que nem sempre vem de encontro com a realidade dos currículos escolares das mais variadas regiões, sabendo-se que o Brasil é um país formado por regiões bastante distintas. Além do mais, vincula-se a destinação de verbas da união aos resultados obtidos pelos municípios.

Não bastando este agravante, o índice leva em consideração taxas de repetência, o que faz com que se crie uma “condição” natural para que o sistema educacional aprove mais alunos. Pois nem sempre leva-se em conta a qualidade de fato da aprendizagem, e muito menos, as mais variadas e cada vez mais constantes dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos.

E a questão que se coloca é a seguinte: o que tem feito os governos, nas esferas federal, estadual e municipal para contribuir de maneira **efetiva** para o crescimento da qualidade da educação? Nesse sentido é que pretende-se realizar um estudo sobre as principais dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos e como se direcionam as políticas públicas para atender os alunos com este tipo de “déficit” de aprendizagem, mais especificamente as do governo federal, do

Estado do Rio Grande do Sul e os exemplos que partem do município de Não-Me-Toque/RS. Pois, se a questão é qualidade, é necessário que ela chegue a todos os discentes, sem “exclusões”, sendo esta excelência do processo responsabilidade dos gestores em parceria com os educandários e docentes.

O primeiro capítulo irá apresentar uma revisão sobre as principais dificuldades de aprendizagem, divididas em três áreas para fins de facilitar o estudo (linguagem, raciocínio lógico-matemático, atenção/hiperatividade). Discutir-se-á dislaxia, dislalia, disortografia, disgrafia, discalculia e TDAH (transtorno do déficit de atenção e hiperatividade).

As políticas públicas federais e do Estado do Rio Grande do Sul para alunos com dificuldades de aprendizagem serão apresentadas e discutidas nos capítulos dois e três respectivamente. Os capítulos abordarão o que a nível federal e estadual vem sendo desenvolvido para suprir déficits de aprendizagem.

O capítulo quatro apresentará o que vem sendo desenvolvido pelo município de Não-Me-Toque/RS para auxiliar na superação de dificuldades de aprendizagem, citando-se os Projetos: Mão no Lápis Coração Feliz; Turmas de Menor Número; Aprender e Criar é só começar; Apoio Pedagógico; Salas Multifuncionais; e Recuperação Paralela.

Por fim, pretende-se abordar o papel decisivo que o gestor das políticas públicas para a educação tem em suas mãos. Em que, de fato, a gestão pode contribuir para sanar ou diminuir as dificuldades de aprendizagem cada vez mais crescentes entre os discentes.

2. DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Infelizmente, o desenvolvimento cognitivo dos educandos que se encontram nos bancos escolares, não tem-se mostrado um crescimento constante, respeitadas as individualidades. A educação como um todo passa por um momento de crise, e que vem sendo amplamente discutido. E cada vez mais tem-se a constatação de que o sucesso escolar não é regra para todos os alunos. Mas quais são as possíveis causas de tamanhas lacunas? É consenso dos especialistas e estudiosos que diversas são as **dificuldades de aprendizagem** que impedem que todos os alunos possam atingir um mesmo patamar de qualidade no que se refere a cognitividade.

Para tal é essencial que todos os envolvidos no processo educativo estejam atentos a essas dificuldades, observando se as mesmas são momentâneas ou se são persistentes. As mesmas podem ter como origem fatores orgânicos ou mesmo emocionais e é importante que os educadores estejam capacitados para encaminhar estes alunos para profissionais – psicopedagogos – que possam fazer o diagnóstico/constatatação da dificuldade de aprendizagem e para que possam auxiliar tanto o aluno como o professor para que se possa sanar a dificuldade durante o processo. A ajuda de um profissional capacitado é importante para estabelecer se esta dificuldade vem associada à preguiça, cansaço, sono, tristeza, agitação, desordem, dentre outros fatores que possam desmotivar o aprendiz.

2.1 O QUE SÃO REALMENTE DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM?

É mais do que comum ouvir em escolas, principalmente em ambientes como a sala de professores afirmações do tipo “fulano tem sérias dificuldades de aprendizagem”. No mínimo intrigante. O que leva um docente a dar um parecer de tamanho impacto sem muitas vezes sequer saber reconhecer uma dificuldade de aprendizagem? De fato, não é da esfera do trabalho do professor constatar a especificidade da dificuldade, mas compete a ele perceber o aluno e, sendo o caso, encaminhá-lo aos profissionais capacitados para a realização deste trabalho.

No sentido lato, as Dificuldades de Aprendizagem são consideradas como todo o conjunto de problemas de aprendizagem que grassam nas nossas

escolas, ou seja, todo um conjunto de situações, de índole temporária ou permanente, que se aproxima, ou mesmo quererá dizer, **risco educacional ou necessidades educativas especiais**. (...) No sentido restrito (...) DA quererá dizer uma **incapacidade** ou **impedimento** específico para a aprendizagem numa ou mais áreas académicas, podendo ainda envolver a área socioemocional. Assim é **importante que se note que as DA não são o mesmo que deficiência mental, deficiência visual, deficiência auditiva, perturbações emocionais, autismo**. (CORREIA; MARTINS, 2009, p. 5)

Mas, quais seriam então “sintomas” das dificuldades de aprendizagem?

Em pesquisa de campo realizada com um grupo de aproximadamente 30 professores da rede municipal de ensino do município de Não-Me-Toque, atuantes na Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Lourdes, para a realização deste estudo, todos foram unânimes ao afirmar que, dificuldades de interpretação, compreensão, de raciocínio lógico-matemático e déficit de atenção estão entre as principais dificuldades de aprendizagem nos alunos. Cabe aqui uma observação: nenhum professor mencionou ou nomeou alguma dificuldade de aprendizagem, o que evidencia a falta de preparo que nós professores temos para trabalhar com este tipo de clientela. No entanto é fato também, que o diagnóstico não cabe ao professor ou ao gestor, mas à alguém com formação profissional para tal. Nosso papel é perceber possíveis dificuldades e possibilitar ou encaminhar o auxílio devido.

2.2 COMO CONSTATAR UMA DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

Nas entrevistas realizadas, os profissionais da educação apontaram como possíveis causas para dificuldades na aprendizagem, o desinteresse do aluno e a falta de apoio da família. Cabe aqui observar que nem sempre essas dificuldades são transtornos persistentes; as mesmas podem ser momentâneas, ligadas a um quadro de variabilidade emocional, oscilações geradas muitas vezes pelas circunstâncias de vida da criança.

Os alunos “difíceis”, que apresentam dificuldades de aprendizagem, mas que não tem origens em quadros neurológicos, numa linguagem psicanalítica, não estruturam uma psicose ou neurose grave, não podem ser considerados portadores de deficiência mental. Oscilam na conduta e no humor, tem dificuldades nos

processos simbólicos, que dificultam a organização do pensamento e que conseqüentemente interferem na alfabetização e no aprendizado dos processos lógico-matemáticos. Entretanto demonstram potencial cognitivo, podendo ser resgatados na sua aprendizagem.

Raramente as dificuldades de aprendizagem têm origens apenas cognitivas. Atribuir ao próprio aluno o seu fracasso, é bastante arriscado, considerando que haja algum comprometimento no seu desenvolvimento psicomotor, cognitivo, lingüístico ou emocional (conversa muito, é lento, não faz a lição de casa, não tem assimilação, entre outros.), desestruturação familiar, sem considerar, as condições de aprendizagem que a escola oferece a este aluno e os outros fatores intra-escolares que favorecem a não aprendizagem.

As dificuldades de aprendizagem na escola, podem ser consideradas uma das causas que podem conduzir o aluno ao fracasso escolar. Não podemos desconsiderar que o fracasso do aluno também pode ser entendido como um fracasso da escola por não saber lidar com a diversidade dos seus alunos. É preciso que o professor atente para as diferentes formas de ensinar, pois, há muitas maneiras de aprender. O professor deve ter consciência da importância de criar vínculos com os seus alunos através das atividades cotidianas, construindo e reconstruindo sempre novos vínculos, mais fortes e positivos.

O aluno, ao perceber que apresenta dificuldades em sua aprendizagem, muitas vezes começa a apresentar desinteresse, desatenção, irresponsabilidade, agressividade, etc. A dificuldade acarreta sofrimentos.

Durante muitos anos os alunos foram penalizados, responsabilizados pelo fracasso, sofriam punições e críticas. Mas, com o avanço da ciência, hoje não podemos nos limitar a acreditar, que as dificuldades de aprendizagem, sejam uma questão de vontade do aluno ou do professor. É uma questão muito mais complexa, onde vários fatores podem interferir na vida escolar, tais como os problemas de relacionamento professor-aluno, as questões de metodologia de ensino e os conteúdos escolares.

Se a dificuldade fosse apenas originada pelo aluno, por danos orgânicos ou somente da sua inteligência, para solucioná-lo não teríamos a necessidade de acionarmos a família. Se o problema estivesse apenas relacionado ao ambiente familiar, não haveria necessidade de recorreremos ao aluno isoladamente.

A relação professor/aluno torna o aluno capaz ou incapaz. Se o professor tratá-lo como incapaz, não será bem sucedido, não permitirá a sua aprendizagem e o seu desenvolvimento. Se o professor, mostrar-se despreparado para lidar com o problema apresentado, mais chances terá de transferir suas dificuldades para o aluno.

O que podem então o professor e o gestor fazer de efetivo para trazer este aluno com dificuldades para a aprendizagem integral e de fato? A articulação de políticas públicas com o trabalho docente são essenciais. Mas antes de tudo, é preciso que municípios e estados, responsáveis legais pelo ensino fundamental e médio, possam estabelecer quais os tipos de dificuldades mais freqüentes e quais poderão ser atendidas. Cabe então a observância do sistema de ensino para tais constatações.

O que podemos observar, de modo geral, em alunos com dificuldades de aprendizagem, que estes incluem problemas mais localizados nos campos da conduta e da aprendizagem. Citam-se as áreas de: atividade motora, como hiperatividade ou hipoatividade, dificuldade de coordenação; atenção, como baixo nível de concentração, dispersão; matemática com problemas em seriações, inversão de números, reiterados erros de cálculo; área verbal com problemas na codificação/ decodificação simbólica, irregularidades na lectoescrita, disgrafias; emoções, como desajustes emocionais leves, baixa auto-estima; memória e dificuldades de fixação; percepção como reprodução inadequada de formas geométricas, confusão entre figura e fundo, inversão de letras; sociabilidade, onde aparecem inibição participativa, pouca habilidade social, agressividade.

Mas este estudo concentrar-se-á em três grandes áreas onde são mais latentes as dificuldades de aprendizagem, segundo constatações de docentes e gestores: a da linguagem escrita e falada, a do raciocínio lógico-matemático e o déficit de atenção e hiperatividade. Este último como um fator que poderá acarretar dificuldades na linguagem escrita ou na matemática.

2.3 OS PRINCIPAIS TIPOS DE DIFICULDADES

Nesse sentido, apresentamos as principais dificuldades de aprendizagem: a dislexia, a disgrafia, a disortografia, a dislalia, a discalculia e o TDAH como fator de risco.

2.3.1 Dislexia

Dificuldade que aparece na leitura, impedindo o aluno de ler fluentemente, pois faz trocas ou omissão de letras, inverte sílabas, apresenta leitura lenta, pula linhas ao ler um texto. Alguns estudiosos condicionam as causas da dislexia a fatores genéticos, mas nada foi comprovado pela medicina.

Depois do analfabetismo, a dislexia, é o distúrbio de aprendizagem que mais prejudica a atualização completa do programa genético que leva progressivamente a um predomínio do hemisfério esquerdo do cérebro que governa automaticamente a fonologia, a morfologia e a sintaxe. É preciso que como educadores e gestores estejamos atentos para tal distúrbio.

De acordo com Lecours; Parente (1997) a dislexia de evolução engloba, ao mesmo tempo, diversos distúrbios de leitura e escrita, sendo o sinal mais aparente a disortografia. As dislexias de evolução dificultarão a vida escolar de aproximadamente 10% das crianças em determinados países do Ocidente.

Pode ser que ocorram com maior freqüência que antigamente, devido a determinismos genéticos cujas manifestações ocorrem bem antes do nascimento. Mas vale lembrar, que a medicina nada comprovou a respeito. Cita-se também dislexia “adquirida” que afeta algumas pessoas que tiveram o infortúnio de ver desmoronar seu aprendizado recebido durante a escolarização.

De acordo com Fabio Luczynski (2009) citam-se como possíveis “sintomas” da dislexia:

- Na Primeira Infância: atraso no desenvolvimento motor desde a fase do engatinhar, sentar e andar; atraso ou deficiência na aquisição da fala, desde o balbúcio à pronúncia de palavras; parece difícil para essa criança entender o que está ouvindo; distúrbios do sono; enurese noturna; suscetibilidade à alergias e à infecções; tendência à hiper ou a hipo-atividade motora; chora muito e parece inquieta ou agitada com muita frequência; dificuldades para aprender a andar de triciclo; dificuldades de adaptação nos primeiros anos escolares.
- A partir dos sete anos de idade: pode ser extremamente lento ao fazer seus deveres; ou ao contrário, seus deveres podem ser feitos rapidamente e com muitos erros; copia com letra bonita, mas tem pobre compreensão do texto ou não lê o que escreve; a fluência em leitura é inadequada para a idade; inventa, acrescenta ou omite palavras ao ler e ao escrever; só faz leitura silenciosa; ou ao contrário, só entende o que lê, quando lê em voz alta para poder ouvir o som da palavra; sua letra pode ser mal grafada e, até, ininteligível; pode borrar ou ligar as palavras entre si; pode omitir, acrescentar, trocar ou inverter a ordem e direção de letras e sílabas; esquece aquilo que aprendera muito bem, em poucas horas, dias ou semanas; é mais fácil, ou só é capaz de bem transmitir o que sabe através de exames orais; ou ao contrário, pode ser mais fácil escrever o que sabe do que falar aquilo que sabe; tem grande imaginação e criatividade; desliga-se facilmente; baixa auto-imagem e auto-estima; não gosta de ir para a escola; esquiva-se de ler, especialmente em voz alta; tem dificuldades visuais, embora um exame não revele problemas com seus olhos; dificuldade para ler as horas, para seqüências como dia, mês e estação do ano; é extremamente desordenado, seus cadernos e livros são borrados e amassados;

Segundo Newra Rotta (2006) crianças disléxicas apresentam combinações de sintomas, em intensidade de níveis que variam entre o sutil ao severo, de modo absolutamente pessoal. Em algumas delas há um número maior de sintomas e sinais; em outras, são observadas somente algumas características. Quando sinais só aparecem enquanto a criança é pequena, ou se alguns desses sintomas somente se mostram algumas vezes, isto não significa que possam estar associados à Dislexia. Inclusive, há crianças que só conquistam uma maturação neurológica mais

lentamente e que, por isto, somente têm um quadro mais satisfatório de evolução, também em seu processo pessoal de aprendizado, mais tardiamente do que a média de crianças de sua idade.

Um problema cada vez mais freqüente, e que precisa de um olhar voltado ao auxílio para a superação das dificuldades dos portadores de dislexia.

2.3.2 Disgrafia

Normalmente vem associada à dislexia, segundo Smith; Strick (2001), porque se o aluno faz trocas e inversões de letras conseqüentemente encontra dificuldade na escrita. Além disso, está associada a letras mal traçadas e ilegíveis, letras muito próximas e desorganização ao produzir um texto.

A disgrafia é também chamada de letra feia. Isso acontece devido a uma incapacidade de recordar a grafia da letra. Ao tentar recordar este grafismo escreve muito lentamente o que acaba unindo inadequadamente as letras, tornando a letra ilegível.

Algumas crianças com disgrafia possuem também uma disortografia amontoando letras para esconder os erros ortográficos. Mas não são todos os disgráficos que possuem disortografia. A disgrafia, porém, não está associada a nenhum tipo de comprometimento intelectual.

Segundo Sampaio (2004) citam-se como características apresentadas por disgráficos: lentidão na escrita; letra ilegível; escrita desorganizada; traços irregulares – ou muito fortes que chegam a marcar o papel ou muito leves; desorganização geral na folha por não possuir orientação espacial; desorganização do texto, pois não observam a margem parando muito antes ou ultrapassando, tendendo a amontoar letras na borda da folha; desorganização das letras – letras retocadas, hastes mal feitas, atrofiadas, omissão de letras, palavras, números, formas distorcidas, movimentos contrários à escrita; desorganização das formas: tamanho muito pequeno ou muito grande, escrita alongada ou comprida.; o espaço que dá entre as linhas, palavras e letras são irregulares; liga as letras de forma inadequada e com espaçamento irregular.

O disgráfico não apresenta características isoladas, mas um conjunto de algumas destas citadas acima.

2.3.3 Disortografia

Dificuldade na linguagem escrita e também pode aparecer como consequência da dislexia. Suas principais características, de acordo com Luciana Reis (2009), são: troca de grafemas, desmotivação para escrever, aglutinação ou separação indevida das palavras, falta de percepção e compreensão dos sinais de pontuação e acentuação.

A disortografia consiste numa escrita, não necessariamente disgráfica, mas com numerosos erros, que se manifesta logo que se tenham adquirido os mecanismos da leitura e da escrita.

Um sujeito é disortográfico quando comete um grande número de erros. Entre os diversos motivos que podem condicionar uma escrita desse tipo, destacam-se: alterações na linguagem (um atraso na aquisição e/ou no desenvolvimento e utilização da linguagem, junto a um escasso nível verbal, com pobreza de vocabulário – código restrito, podem facilitar os erros de escrita); erros originados por uma alteração específica da linguagem, como são os casos das dislalias e/ou disartrias; erros na percepção, tanto visual como auditiva (fundamentalmente estão baseados numa dificuldade para memorizar os esquemas gráficos ou para discriminar qualitativamente os fonemas); falhas de atenção (se esta é instável ou frágil, não permite a fixação dos grafemas ou dos fonemas corretamente).

Uma aprendizagem incorreta da leitura e da escrita, especialmente na fase de iniciação, pode originar lacunas de base com a consequente insegurança para escrever. Igualmente, numa etapa posterior, a aprendizagem deficiente de normas gramaticais pode levar à realização de erros ortográficos que não se produziriam se não existissem lacunas no conhecimento gramatical da língua.

Muitas destas alterações entroncam a disortografia com a dislexia, ao ponto de, para muitos autores, a disortografia ser apontada como uma sequela da dislexia.

2.3.4 Dislalia

Dificuldade na emissão da fala, apresenta pronúncia inadequada das palavras, com trocas de fonemas e sons errados, tornando-as confusas. De acordo com Rotta (2006) manifesta-se mais em pessoas com problemas no palato, flacidez na língua ou lábio leporino.

Dislalia é a má formação da articulação de fonemas, dos sons da fala, segundo Adun (2009). Não é um problema de ordem neurológica, mas de ordem funcional, referente à forma como estes sons são emitidos. Este som alterado pode se manifestar de diversas formas, havendo distorções, sons muito próximos mas diferentes do real ; omissão, ato em que se deixa de pronunciar algum fonema da palavra; transposições na ordem de apresentação dos fonemas; e, por fim, acréscimos de sons. Estas alterações mais comuns caracterizam uma dislalia.

A dislalia pode ser fonética, quando o problema se apresenta somente na alteração constante de fonemas mas a criança conhece o significado da palavra, ou fonológica, quando a criança simplesmente não ordena de modo estável os sons de sua fala. Para evitar tais problemas, a prevenção pode fazer a diferença.

Muitos fatores podem influir para que dislalias venham a surgir. Crianças que usam a chupeta por muito tempo, ou que mamam na mamadeira por tempo prolongado, ou mesmo aquelas que mamam pouco tempo no peito terminam por alterar as funções de mastigação, respiração e amamentação. Embora não se possa dizer que haja uma relação direta, é inegável que tais crianças acabem apresentando flacidez muscular e postura de língua indevida, o que pode ocasionar dislalia. Sendo assim, a dislalia pode ser prevenida por mães bem orientadas durante a amamentação e o pré-natal.

O tratamento da dislalia varia de acordo com a necessidade de cada criança. Em primeiro lugar, é feita uma avaliação após um contato com a família, e faz-se um levantamento histórico da criança para, só depois, iniciar o trabalho com a percepção dos sons que ela não executa. Existem crianças que têm dificuldade de perceber auditivamente os sons. Outras crianças apresentam línguas hipotônicas (flácidas), o que às vezes chega a ocasionar alterações na arcada dentária. Ou

ainda, mostram falhas na pronúncia de certos fonemas devido a postura e respiração deficientes.

Neste contexto é importante a atuação do professor e a observância de situações que podem passar despercebidas mas que são de fundamental importância para a superação deste tipo de dificuldade. O professor deve repetir somente a palavra correta para que a criança não fixe a forma errada que acabou de pronunciar. É importante também que o mestre articule bem as palavras, fazendo com que as crianças percebam claramente todos os fonemas. Assim que perceber alterações na fala de um aluno, o professor deve evitar criar constrangimentos em sala de aula ou chamar a atenção para o fato. O recomendável é que não se espere muito tempo para avisar a família e encaminhar/procurar um profissional capacitado para o tratamento. Uma criança que falta às aulas regularmente por problemas de audição, como otites freqüentes, requer maior atenção. O ato da fala é um ato motor elaborado e, portanto, os professores devem trocar informações com os educadores esportivos e professores de Educação Física, que normalmente observam o desenvolvimento psicomotor das crianças.

2.3.5 Discalculia

É a dificuldade para cálculos e números, de um modo geral os portadores não identificam os sinais das quatro operações e não sabem usá-los, não entendem enunciados de problemas, não conseguem quantificar ou fazer comparações, não entendem seqüências lógicas e outros. É um problema, ao contrário da dislexia, ainda pouco conhecido.

É importante ressaltar também que a discalculia não pode ser confundida com acalculia. A acalculia ocorre quando o indivíduo, após sofrer lesão cerebral, como um acidente vascular cerebral ou um traumatismo crânio-encefálico, perde as habilidades matemáticas já adquiridas. A perda ocorre em níveis variados para realização de cálculos matemáticos.

A discalculia é um distúrbio neurológico que afeta a habilidade com números. É um problema de aprendizado independente, mas pode estar também associado à dislexia. Tal distúrbio faz com que a pessoa se confunda em operações

matemáticas, conceitos matemáticos, fórmulas, seqüências numéricas, ao realizar contagens, sinais numéricos e até na utilização da matemática no dia-a-dia.

De acordo com Haase os sintomas mais freqüentes são: dificuldades freqüentes com os números, confundindo os sinais: +, -, ÷ e x; problemas de diferenciar entre esquerdo e direito; falta de senso de direção (para o norte, sul, leste, e oeste) e pode também ter dificuldade com um compasso; a inabilidade de dizer qual de dois números é o maior; dificuldade com tabelas de tempo, aritmética mental, etc.; melhor nos assuntos tais como a ciência e a geometria, que requerem a lógica mais que as fórmulas, até que um nível mais elevado que requer cálculos seja necessário; dificuldade com tempo conceitual e julgar a passagem do tempo; dificuldade com tarefas diárias como verificar a mudança e ler relógios analógicos; a dificuldade mental de estimar a medida de um objeto ou de uma distância (por exemplo, se algo está afastado 10 ou 20 metros); inabilidade de apreender e recordar conceitos matemáticos, régras, fórmulas, e seqüências matemáticas; dificuldade de manter a contagem durante jogos; a circunstância pode conduzir em casos extremos a uma fobia da matemática e de dispositivos matemáticos (por exemplo números).

2.3.6 TDAH – Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade

É um problema de ordem neurológica, que trás consigo sinais evidentes de inquietude, desatenção, falta de concentração e impulsividade. Hoje em dia é muito comum vermos crianças e adolescentes sendo rotulados como DDA (Distúrbio de Déficit de Atenção), porque apresentam alguma agitação, nervosismo e inquietação, fatores que podem advir de causas emocionais. É importante que esse diagnóstico seja feito por um médico e outros profissionais capacitados.

O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neurobiológico, que aparece na infância e freqüentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida. Ele se caracteriza por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade, de acordo com Rotta (2006). É reconhecido oficialmente por vários países e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Em alguns países,

como nos Estados Unidos, portadores de TDAH são protegidos pela lei quanto a receberem tratamento diferenciado na escola.

É o transtorno mais comum em crianças e adolescentes encaminhados para serviços especializados. Em mais da metade dos casos o transtorno acompanha o indivíduo na vida adulta, embora os sintomas de inquietude sejam mais brandos.

O TDAH na infância em geral se associa a dificuldades na escola e no relacionamento com demais crianças, pais e professores. As crianças são tidas como "avoadas", "vivendo no mundo da lua" e geralmente não param quietas por muito tempo. Os meninos tendem a ter mais sintomas de hiperatividade e impulsividade que as meninas, mas todos são desatentos. Crianças e adolescentes com TDAH podem apresentar mais problemas de comportamento, como por exemplo, dificuldades com regras e limites.

O tratamento pode ser com terapia ou medicação. Há uma grande divergência entre especialistas das áreas da educação e da saúde. De ambas as partes há os que condenam o uso de medicamentos controlados, assim como há os que defendem, como uma maneira de facilitar o processo de aquisição do conhecimento das crianças.

O que de fato está acontecendo é um grande crescimento no uso de medicação, conforme reportagem exibida no Jornal Nacional, da TV GLOBO, no dia 18 de junho de 2009. Segundo o site do telejornal

As vendas do remédio para o tratamento de Transtorno de Déficit de Atenção, conhecido como droga da obediência, cresceram 1.600% em oito anos. Há suspeita de indicação sem necessidade. (...) Médicos estão preocupados com o uso crescente de um remédio popular no tratamento do Transtorno de Déficit de Atenção.

O diagnóstico de uma adolescente foi confirmado há oito anos, quando a escola chamou a atenção para um problema. "Na turma, eu sempre ficava atrasada pra caramba, eu trocava a letra, demorava a ler", comenta a estudante. Ela diz que até hoje toma remédio pra dar conta dos estudos. "O remédio me ajuda a me concentrar na aula", diz.

Um psiquiatra explica que problemas assim são diagnosticados com mais segurança na idade escolar da criança. "A partir dos cinco, seis anos nós já podemos verificar se essa criança é desatenta, e, o mais comum, desatenta e hiperativa. Ela atrapalha a aula, os colegas, briga muito, não consegue estudar direito, mesmo sendo inteligente", disse o psiquiatra Claudio Costa.

Para tanto é preciso que o professor fique bastante atento para quaisquer comportamentos que possam indicar o transtorno. A reportagem diz ainda que

Uma mãe acredita que nem toda prescrição é correta. Ela diz que sofre pressão do colégio do filho para fazer o tratamento do menino, que tem nove anos e ganhou fama de agitado e impulsivo.

“Uma vez no mês a gente é chamado lá, para levar no neurologista para iniciar o medicamento com ele. Na primeira consulta, a médica só ficou observando ele e já puxou o receituário para indicar o medicamento”, disse, preferindo não ser identificada.

O remédio mais usado pra combater o Transtorno de Déficit de Atenção é o metilfenidato. Ele age no sistema nervoso central aumentando a capacidade de concentração. Daí ter ficado conhecido como droga da obediência. O consumo do medicamento aumentou 1.600% em oito anos, no Brasil.

Especialistas acreditam que pelo menos 90% das vendas são para crianças e adolescentes. “É um diagnóstico complexo. E a intervenção normalmente ela é multidisciplinar, com médicos, psicólogos, terapeutas ocupacionais”, disse Regina Volpini, psicóloga.

Uma professora de pediatria, na Faculdade de Medicina da Unicamp, se diz assustada com o uso crescente do metilfenidato. Especialmente por conta dos efeitos colaterais.

“Na verdade, o que se quer quando usa o remédio é que a criança fique quieta. Eu não daria esse medicamento, porque é um psicotrópico e tem reações adversas bastante sérias, variando desde problemas cardíacos, psicose, alucinação e agir como um zumbi. A pessoa fica como se ela estivesse amarrada dentro dela mesma”, disse Maria Aparecida Moysés, da Unicamp.

O que precisa-se de fato é o correto diagnóstico. Psiquiatras, especialistas no assunto defendem o uso de medicação quando necessário.

Para a médica da Associação Brasileira de Neuro-Psiquiatria da Infância e Adolescência, Cláudia Machado, o metilfenidato, apesar de forte, é necessário em alguns casos, para combater o Transtorno do Déficit de Atenção.

“Ele tem um efeito de melhora em quase 80%, 90% dos casos. Então por isso que, quando usado e bem indicado, ele tem uma resposta muito boa para criança e também para a família”, disse Cláudia.

Em contrapartida, sabe-se que o uso de remédios para tratar doenças e transtornos psiquiátricos de maneira geral sempre foi motivo de receio, e não poderia ser diferente em relação ao TDAH. Muitas pessoas ficam em dúvida sobre a eficácia dos medicamentos, os efeitos colaterais e os riscos que o uso contínuo poderia acarretar. Há alguns mitos bastante comuns envolvendo o tratamento farmacológico do TDAH mas, no entanto, existem diversos estudos realizados em importantes centros mundiais que atestam não só a eficácia, como também a segurança das principais drogas utilizadas atualmente. O resultado encontrado, em quase todos, é de que os medicamentos são eficientes e, sempre que são bem administrados, proporcionam uma sensível melhora aos pacientes.

O que se necessita de fato é o diagnóstico correto de TDAH. Nesse sentido, o professor pode ser de grande auxílio, pois pode reconhecer e identificar

comportamentos “anormais”. Assim pode auxiliar na descrição das atitudes do aluno. Antes de mais nada é preciso que a criança possa ser atendida por profissional capacitado para tratar do transtorno. Achar que alguém sofre de TDAH e prescrever medicação pode ser arriscado e comprometedor para a criança. E mais. Os especialistas afirmam: o tratamento medicamentoso deve estar aliado a uma terapia comportamental. Assim sendo, é preciso que tanto professores como gestores possam estar preparados para reconhecer e proceder para um correto encaminhamento.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS PARA ALUNOS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

O governo federal, através do Ministério da Educação, vem buscando ao longo dos anos um aprimoramento no sistema de ensino público do Brasil. Alguns pequenos avanços alcançados, mas que se mostraram pouco efetivos no que se diz respeito a qualificação do ensino e da aprendizagem.

O que se sente tanto nas esferas nacional, como na estadual (como veremos adiante) é uma transferência de responsabilidades para o professor, como se fosse este o único elemento responsável pela geração de índices – contestáveis – mais elevados no que se refere a qualidade. O que temos de mais eficaz até o momento é a legislação, como não poderia deixar de ser, sendo o Brasil o “país das leis”.

A Carta Magna, em seu artigo 205, afirma: “a educação, como direito de todos e dever do Estado e da família, (...) visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Entre os princípios do ensino, o artigo 206, destaca: “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a garantia de padrão de qualidade”. Assegura, também, em seu artigo 208, inciso III, que: “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. É importante destacar os §§ 1º e 2º do referido artigo que definem: “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo e o não oferecimento pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente”.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no seu artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante

verificação do aprendizado” (artigo 24, inciso V) e “(...) oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (artigo 37).

O Plano Nacional de Educação, PNE, aprovado pela lei 10.172/2001, destaca que *“o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”*. Ao estabelecer objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, aponta um déficit referente à oferta de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares. Orienta os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo: transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

De fato, se aquilo que se propõe no papel, alcançasse com efetividade os quatro cantos do nosso país, tudo tornaria-se mais fácil e eficaz para a construção de uma educação que atenda todos os ritmos de aprendizagem, gerando-se assim, qualidade. Mas, a legislação também rege que o Ensino Fundamental e Médio são de responsabilidade de Estados e municípios, o que faz com que ocorra transferência de responsabilidades. No entanto, sabendo-se que o professor é parte essencial do processo, é louvável a iniciativa do referido Ministério em proporcionar materiais de apoio pedagógico para os educadores. Nas discussões a respeito das dificuldades de aprendizagem merecem destaque algumas coleções e subsídios para formação continuada de docentes.

Um exemplo de material que auxiliaria o esclarecimento de muitas dúvidas a respeito das dificuldades de aprendizagem, mas que por motivos desconhecidos nem sempre chega ao alcance dos professores, é a coleção **Saberes e Práticas da Inclusão**. O caderno da série “Avaliação para identificação de necessidades educacionais especiais” traz algumas propostas para a identificação de tais necessidades.

(...) o modelo proposto para a identificação das necessidades educacionais especiais descentra-se do aluno, como o único foco de análise, pois se baseia numa concepção interativa e contextualizada de seu desenvolvimento e aprendizagem. A avaliação estende-se, portanto, aos diversos âmbitos e dimensões presentes no seu processo de educação, com ênfase para a escolar, examinados em suas múltiplas e complexas inter-relações. (MEC/SEESP, 2006, p.46)

O subsídio é de fato interessantíssimo, mas em nenhum momento esquece-se de transferir a carga ao professor. Desta forma, o modelo sugere que

(...) em cada âmbito- como zona de atividades ou ‘espaços’ delimitados - pretende-se examinar algumas variáveis a eles pertinentes e que foram escolhidas como as mais significativas.

Para o **contexto educacional** as dimensões estabelecidas para a análise são: instituição educacional escolar e a ação pedagógica. Para o **aluno**, as dimensões de análise são nível de desenvolvimento e condições pessoais. No caso da **família**, as dimensões estabelecidas para a análise são: as características do ambiente familiar e o convívio familiar. (MEC/SEESP, 2006, p. 48)

A necessidade educacional especial de que trata o material, deve levar em consideração portanto, não somente aspectos clínicos apresentados, mas também a escola, o aluno em si e a sua família.

Acompanhemos agora um trecho do guia *Saberes e práticas da Inclusão – Recomendações para a construção de escolas inclusivas*:

Quando assumimos uma classe, aparentemente ela se constitui de um grupo de alunos que, embora apresente diferenças na aparência e no comportamento, mesclam-se em um grande grupo, ao qual nos referimos como "meus alunos".

Sem que o percebamos, o grande grupo vai gradativamente constituindo, em nosso pensar, uma unidade. Cabe-nos fazer com que este grupo aprenda um conjunto de informações constantes de nosso programa de ensino. Há que se atentar, entretanto, para o fato de embora a eles nos referimos como uma unidade ("minha classe", "minha turma"), na realidade esse grupo não é uma unidade, já que existe um sem número de variáveis ali presentes, que faz de cada aluno uma pessoa singular. Cada um tem, certamente, uma história de vida peculiar, com características culturais diferenciadas, com realidades de vida familiar, social, econômica bastante diferenciadas, com características funcionais de aprendizagem também

diversificada, além de diferirem em um sem número de variáveis (qualidade de vida, etnia, religião, saúde, repertório de convivência grupai, habilidade de gerenciamento de relações interpessoais, instrumentalização para a convivência com pares e autoridades, etc.) que faz de cada aluno um sujeito de aprendizagem único, que necessita ser profundamente conhecido e reconhecido, se quisermos ser bem sucedidos em nosso processo de ensino. (MEC/SEESP, 2005, p. 96)

Prega-se a valorização individual, no entanto, as práticas ou as políticas rumam para uma uniformização do pensamento.

Há também que se lembrar que, geralmente, o programa de ensino com o qual iniciamos nosso ano de trabalho é elaborado antes sequer de termos sido apresentados a esses alunos, o que desvela a pressuposição de que é possível ensinar a todos, como se todos fossem um só.

Ignorar a individualidade e argumentar que o grande número de alunos em cada sala de aula não permite a atenção individualizada a cada aluno, tem sido uma das principais causas do fracasso escolar, quando olhado do lado da ação do professor. Nossa experiência docente nos tem mostrado que se encontram na mesma sala de aula alunos que vivem na miséria, alunos que enfrentam violência familiar, alunos que cheiram cola, alunos que cresceram brincando com computador, alunos de classe média, alunos de classe alta, alunos de populações distantes, os nômades, alunos que trabalham para sustentar família, alunos que são moradores de rua, alunos que pertencem a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, enfim, individualidades totalmente diferenciadas umas das outras, que constituem uma ampla dimensão de características.(...) Cada um tem necessidades educacionais específicas, às quais o professor tem que responder pedagogicamente, caso queira cumprir com seu papel primordial de garantir o acesso, a todos, ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade, e ao seu uso na relação com a realidade social na qual nos encontramos inseridos, e que nos cabe transformar. (MEC/SEESP, 2005, p. 96)

De fato, algo bastante cômodo e viável financeiramente para um país que carece de recursos nas mais diversas áreas sociais, não somente a educação. Pretende-se a inclusão, mas até aonde os órgãos federais tem tido competência e obtido sucesso na implementação de modelos que atendam com qualidade todos os tipos de alunos, da dificuldade de aprendizagem menos complexa até as necessidades educacionais especiais extremas? Fica aqui esta indagação. Legislação (leis, decretos, resoluções e pareceres) a fim do tema, não nos faltam. O que realmente nos empobrece no processo de ensino aprendizagem é a falta de preparação do professor e sua conseqüente desvalorização, e políticas públicas eficazes, que venham de encontro aos anseios do nosso sistema de ensino – qualidade para todos.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PARA ALUNOS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Assim como as políticas nacionais para alunos com dificuldades de aprendizagem não são tão efetivas quanto se deseja, o Estado do Rio Grande do Sul não se difere muito. Assim como na esfera nacional, o Estado, ainda mais, transfere quase que totalmente toda e qualquer responsabilidade aos educadores e educandários, a respeito das dificuldades de aprendizagem dos alunos.

A Constituição Estadual, em seu artigo 199, inciso VII, estabelece como dever do Estado: proporcionar atendimento educacional aos portadores de deficiência e aos superdotados. No artigo 214 e seus parágrafos, reforça a afirmação: “O Poder Público garantirá educação especial aos deficientes, em qualquer idade, bem como aos superdotados, nas modalidades que se lhes adequarem”. Diz ainda “§ 1º - É assegurada a implementação de programas governamentais para a formação, qualificação e ocupação dos deficientes e superdotados; § 2º - O Poder Público poderá complementar o atendimento aos deficientes e aos superdotados, através de convênios com entidades que preencham os requisitos estabelecidos no artigo 213 da Constituição federal; § 3º - O órgão encarregado do atendimento ao excepcional regulará e organizará o trabalho das oficinas protegidas para pessoas portadoras de deficiências, enquanto estas não estiverem integradas no mercado de trabalho.”

O Parecer 56 de 2006 do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (CEED/RS), orienta a implementação das normas que regulamentam a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul e também complementa a regulamentação quanto à oferta da modalidade de Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul. O Parecer é bastante claro ao afirmar que:

O aluno apresenta, às vezes, ao longo da vida, dificuldades de aprendizagem que remetem a questões pedagógicas, sociais e econômicas. A escola e as famílias perguntam-se como tratar estas questões. A sociedade competitiva valoriza o sucesso e este é levado também para a escola. Qualquer diferença apresentada pelo aluno é motivo, muitas vezes, de discriminação e exclusão. A atitude seletiva da sociedade reflete-se na prática pedagógica da escola. Assim, é necessário que as comunidades escolares se definam por uma filosofia inclusiva que aceite a diversidade, as diferenças e proponha a equidade. Toda escola deve ter como um dos seus objetivos diminuir as dificuldades de aprendizagem e identificar a

melhor forma de atender às necessidades educacionais de seus alunos em seu processo de aprender. Assim, cabe a cada estabelecimento escolar diagnosticar sua realidade educacional e implementar as alternativas de serviços e a sistemática de funcionamento de tais serviços, preferencialmente no âmbito da própria escola, para favorecer o sucesso escolar de todos os seus alunos. (CEED/RS, 2006, p. 01)

A norma está aí, e como a lei precisa ser cumprida, também a Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul (SEDUC-RS) dispõe de programas que visam a superação de dificuldades e carências advindas dos educandos. Como exemplo temos o projeto “Escola de Tempo Integral” que

visa atender crianças e adolescentes de determinadas regiões do Estado em torno de uma proposta pedagógica que responda às necessidades básicas dos alunos das escolas públicas estaduais. As Escolas de Tempo Integral passam a oferecer, além de uma educação de qualidade no turno regular, oficinas pedagógicas no turno inverso, atendendo os estudantes de forma completa. Além de profissionais capacitados e materiais didáticos, cada estudante recebe no mínimo três refeições diárias, garantindo melhores condições para o seu aprendizado. O programa é destinado a crianças e adolescentes de baixo poder aquisitivo, oportunizando-lhes uma maior qualidade de ensino, na medida em que são trabalhados em todas as áreas do conhecimento, ampliando, com metodologias diversificadas, os conteúdos da base curricular. A essência do projeto é a permanência da criança e do adolescente na escola, assistindo-o integralmente em suas necessidades básicas e educacionais, ampliando o aproveitamento escolar, resgatando a auto-estima e capacitando-o para atingir efetivamente a aprendizagem, sendo alternativa para redução dos índices de evasão, de repetência e de distorção idade/série. (SEDUC/RS, 2009, p. 01)

Tomando conhecimento da realidade, percebe-se que, tal projeto não passa de ficção. Na 39ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) de Carazinho que abrange mais de 20 municípios, apenas uma escola em Carazinho possui implantado tal projeto.

O Estado oferece as Salas de Recursos Áudio Visuais, com o apoio do governo federal que em 2007 lançou um programa de implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, com o objetivo de apoiar os sistemas de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado, fortalecendo o processo de inclusão nas classes comuns de ensino regular. Mas na rede estadual o atendimento ainda é muito limitado. Na 39ª CRE apenas o município de Carazinho possui salas multifuncionais para o atendimento de todos os alunos com necessidades educacionais especiais (auditivas, visuais, mentais e motoras) dos municípios de abrangência da Coordenadoria. Existe uma forte discussão em torno da questão. Tais alunos tem aulas regulares, e, em turno inverso, devem deslocar-

se até o referido município, com um professor acompanhante. A CRE orienta que as despesas devam ser pagas pela escola que recebe verbas do governo estadual. Mas as escolas colocam uma questão: os repasses, que são muito limitados, acabariam por beneficiar apenas um pequeno número de alunos ao invés da grande maioria. Impasse que prejudica a aprendizagem e a efetiva inclusão dos alunos.

Em conversa com direção de escola estadual do município de Não-Me-Toque, ficou claro que em questões de aprendizagem, os alunos com deficiências auditiva, visual ou motora tem níveis iguais ou até mesmo superiores que os das suas respectivas turmas. Existe uma grande preocupação com os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, tais como as vistas no capítulo 1 deste trabalho. E para sanar este tipo de dificuldade a escola não conta com políticas da secretaria de estado. O esforço parte do professor em tentar solucionar os problemas e da escola em buscar parcerias com o município para que alunos com dificuldades possam ter atendimento psicológico, psicopedagógico. Contudo, no início do ano letivo, a 39ª CRE teve um olhar especial sobre uma turma das séries iniciais do Ensino Fundamental da escola contatada. Sabe-se que a Secretaria de Educação estipulou número mínimo de alunos. Mas a escola levou ao conhecimento da CRE as dificuldades de vários alunos e permitiu-se então a abertura de uma turma com um número reduzido de alunos, possibilitando assim um atendimento mais individualizado por parte do professor.

Comentou-se também a participação do Estado do Rio Grande do Sul, a partir deste ano, do projeto Acelera Brasil, do Instituto Ayrton Senna, que visa diminuir a distorção idade/série de 2ª a 4ª série do Ensino Fundamental. Criado em 1997, pelo referido Instituto, o Programa Acelera Brasil introduz na rede educacional uma cultura de gestão eficaz, focada em resultados, e que combate os principais problemas do sistema de ensino: os baixos níveis de aprendizagem, a repetência e a distorção idade/série. Mas ainda é também, projeto restrito a uma cidade gaúcha.

As escolas da rede carecem nitidamente de atenção não somente nas políticas públicas referentes as dificuldades de aprendizagem. O Estado tem sido omissivo na grande maioria dos casos. É um problema estrutural que, infelizmente, se perpetuou com o passar dos anos, e que ao que parece, está muito distante de ser resolvido. Enquanto isso, professores e gestores escolares tentam, da melhor

}

maneira possível, trabalhar com os alunos que possuem dificuldades de aprendizagem, sem uma política pública do Estado, clara e eficaz.

5. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ALUNOS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO MUNICÍPIO DE NÃO-ME-TOQUE

5.1 O MUNICÍPIO DE NÃO-ME-TOQUE

Não-Me-Toque, Jardim do Alto Jacuí, é um município localizado no Planalto Médio do Rio Grande do Sul, na microrregião do Alto Jacuí.

A trajetória geohistórica de Não-Me-Toque é marcada, primeiramente, pela chegada do elemento luso, quando descendentes de portugueses vieram instalar suas fazendas no vasto território, ainda inexplorado por homens civilizados, na segunda década do século XIX. Ao final do século XIX as grandes extensões de terras, no território sulino, ficaram quase inexploradas e os imigrantes alemães a partir de 1824 chegaram nesta região.

Segundo dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Não-Me-Toque, no panorama das novas colônias do Rio Grande do Sul, surgiu a "Colônia do Alto Jachuy", que no ano de 1897, recebeu um grande número de imigrantes descendentes de alemães e, em menor número, de italianos, chegados no final desse mesmo ano.

Em 1949, chegaram as primeiras famílias de holandeses e por este fato Não-Me-Toque é considerado o berço da imigração holandesa no Rio Grande do Sul. Na década de 50 começaram as lutas de várias localidades em busca de sua autonomia político-administrativa, entre essas a Vila de Não-Me-Toque, na época 2º Distrito de Carazinho.

A Lei N° 2.555, de 18 de dezembro de 1954, respaldada nos resultados do plebiscito criava o município de Não-Me-Toque. Mas, em 1970 inicia-se, um movimento para a troca do nome de Não-Me-Toque para Campo Real, em homenagem ao cereal rei – trigo – cultivado em grande escala nas lavouras do município. Em 09 de dezembro de 1971, Não-Me-Toque, passa a chamar-se Campo Real. Reações contrárias chegaram através da Lei 6.601 de 27 de setembro de 1973, realizando um plebiscito favorável ao nome de Não-Me-Toque, então em 27 de dezembro de 1976 é assinada a lei que determinou a volta do nome Não-Me-Toque.

A cultura aprimorada, os cabelos loiros, a pele e olhos claros, o sotaque nitidamente estrangeiro, são características marcantes de holandeses, alemães e

italianos, que se misturam e se agregam às raízes deixadas pelos portugueses, que contribuíram também, quando o cereal rei começou a bordar de amarelo ouro toda a região, destacando a "Capital da Lavoura Mecanizada" e hoje, quando o verde da soja completa essa paisagem típica brasileira, misturada ao multicolorido das flores do "Jardim do Alto Jacuí", num misto de muito zelo e progresso, todas essas misturas formam o povo alegre e progressista de Não-Me-Toque.

5.2 A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto no intuito de aprimorar o nível dos profissionais a ela relacionados, vem qualificando os mesmos através da formação continuada do docente, o que traz resultados positivos no quadro da Educação do município. Também através de várias ações como a elaboração do Projeto Educativo do Município, elabora-se novos Regimentos Escolares objetivando assim a modernização da Educação. A parceria firmada entre Sicredi e Cotrijal através do programa "A União Faz a Vida" o qual tem por principal objetivo sensibilizar o ser humano e sua dedicação para construção de uma sociedade mais justa, vem colhendo significativos resultados. Seguindo o princípio de EDUCAR BEM, EDUCAR SEMPRE a Secretaria ruma ao futuro quando da elaboração do novo Plano de Carreira do Magistério o qual em vigência. E visando oportunizar aos alunos da rede municipal uma aproximação maior com o mundo da informática, implementa-se um moderno laboratório de informática no prédio da Secretaria, contando com 12 computadores conectados a internet. Para poder acompanhar o atual ritmo de modernidade em que vivemos, a Secretaria conta com moderno prédio totalmente informatizado, proporcionando assim condições favoráveis a um bom relacionamento entre comunidade , educadores e alunos podendo assim prestar informações em tempo hábil.

O Município de Não-Me-Toque, segundo dados da Prefeitura Municipal, dispõe de 19 Estabelecimentos de Ensino, sendo 02 Estaduais, 08 Particulares e 09 Municipais. Destes, 01 oferece Ensino Médio, 07 somente Educação Infantil, 01 Educação Especial e 10 Ensino Fundamental, atendendo atualmente 3.367 alunos.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto como órgão central do Sistema Municipal de Ensino de Não-Me-Toque, orienta, administra, organiza, executa, mantém e coordena as políticas educacionais e ações que objetivam promover a qualidade do ensino na Rede Municipal, que conta com 07 Escolas na zona urbana (04 EMEF e 03 EMEI) e 02 Escolas de Ensino Fundamental na zona rural, atendendo 1710 alunos. A SMECD prioriza o apoio pedagógico, transporte escolar e merenda escolar. O corpo docente destas escolas é formado por 169 profissionais da área de educação.

A normatização do Sistema Municipal de Ensino é desenvolvida pelo Conselho Municipal de Educação, que oferece suporte legal e técnico ao bom andamento da rede.

Também se integra à SMECD, o Conselho de Controle Social do FUNDEB e Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

Na área Cultural, segundo a secretaria, o Município mantém a Biblioteca Municipal Professor Benjamin Perin, a Casa da Cultura Dr. Otto Stahl, Banda Marcial Municipal e o Coral Municipal de Não-Me-Toque, além de organizar diversos eventos como: Encontro Regional de Bandas, Feira do Livro com Autores Presentes, Festival Municipal de Corais, Encontro Estadual de Corais, Comemorações ao Aniversário do Município, Semana da Criança, Semana da Pátria e Farroupilha.

O Esporte envolve campeonatos Municipais de Futebol de Campo, Veteranos, Futsal, Bolão, Bocha e a Maratona Cidade de Não-Me-Toque. Organização das Fases Municipais do Guri Bom de Bola, Jogos Bom de Bola e Jogos Escolares (JERGS). Projeto Esporte para Todos, com a criação de Escolinhas Esportivas de futebol e futsal.

5.2.1 O Projeto Mão No Lápis Coração Feliz

O Projeto Mão No Lápis Coração Feliz tem como objetivo principal criar diferentes estratégias que auxiliam no processo da construção do conhecimento, principalmente para os alunos que estão encontrando dificuldades na aprendizagem, através de oficinas em turno inverso, duas vezes por semana com duas horas de duração.

Neste ano de 2009, duas escolas da rede municipal estão contempladas pelo projeto.

O projeto encontra-se em desenvolvimento desde o ano de 2001, e segundo a Secretaria Municipal de Educação, o mesmo passou por diversas transformações, mudanças que ocorreram devido a necessidade de melhorias. Mas a essência permanece, pois são relevantes os resultados obtidos até o momento, satisfazendo alunos, pais e professores.

A oficina visa trabalhar as diferenças, as especificidades de cada criança num trabalho de prevenção, onde a diversidade de ritmos e maneiras singulares de construção do conhecimento são levados em consideração.

O jogo é um dos recursos mais utilizados, mas existe um cuidado especial também com a sistematização das atividades realizadas na oficina e com a individualidade e ritmo de cada aluno participante.

Segundo a Secretaria, o atendimento em pequenos grupos e no contra turno da matrícula possibilita uma relação mais próxima e afetiva entre professor e aluno, permitindo um atendimento individualizado e específico das dificuldades apresentadas. Os resultados qualitativos e também os quantitativos alcançados nos últimos anos afirmam sua seqüência. Coloca-se ainda que o Projeto é amparado pela LDB/96, e é uma prática inclusiva.

O programa tem como objetivo criar diferentes estratégias que auxiliam no processo da construção do conhecimento, principalmente para os alunos que estão encontrando dificuldades na aprendizagem. Visa ainda diminuir a repetência, criar condições para que o aluno construa sua aprendizagem, oportunizar diferentes experiências de aprendizagem, respeitar o ritmo e as etapas de aprendizagem de cada aluno, criar práticas inclusivas, oportunizar um espaço lúdico-pedagógico onde o aluno possa ser assistido por um profissional da educação.

Na oficina é trabalhado essencialmente a leitura, compreensão, interpretação, escrita, conceitos básicos matemáticos e as quatro operações. A metodologia básica contempla o lúdico, visando resgatar o prazer na aprendizagem. O tempo para cada grupo de 6 alunos é de 1 hora e 50 minutos. Os alunos freqüentam a oficina 2 vezes por semana. Participam alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo que alunos matriculados no 1º ano iniciarão sua participação nas oficinas a partir do 2º trimestre. O encaminhamento para a oficina é feito pelo professor titular da série acompanhado pelo coordenador pedagógico da escola. São encaminhados os

alunos que tem dificuldades de acompanhar o ritmo de aprendizagem de seus colegas, na turma que estuda. Quando o aluno apresenta crescimento frente as dificuldades, ou então deixa de freqüenta-la, o mesmo é imediatamente substituído por outro.

Em contato com a Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto, comentou-se que a grande dificuldade ao longo dos anos foi a baixa freqüência. Problema este que vem sendo sanado, graças a encontros de esclarecimentos e motivacionais com os pais dos alunos que freqüentam o projeto.

O projeto é muito bem aceito entre todos os professores da rede municipal. Questionados sobre a importância do projeto, professores da EMEF Nossa Senhora de Lourdes, foram unânimes ao afirmar que o projeto é crucial para o auxílio no saneamento ou diminuição das dificuldades de aprendizagem. A tabela abaixo indica os números relativos a 2008, sobre o Projeto Mão no Lápis na EMEF Nossa Senhora de Lourdes:

<i>SÉRIE</i>	<i>Nº alunos</i>	<i>Alunos atendidos no projeto</i>	<i>Alunos aprovados</i>	<i>Alunos reprovados</i>	<i>Taxa de repetência</i>

Levando-se em consideração a taxa geral de repetência, o projeto já pode ser considerado eficaz. Mas, como discutido anteriormente, não podemos nos atrelar apenas as estatísticas. É importante perceber que algo de efetivo e concreto está sendo feito para diminuir/sanar dificuldades. Se a taxa de repetência fosse maior, ainda sim o Projeto seria louvável, pois o mesmo prima pela qualidade da aprendizagem de fato, e não aquela apontada por índices que levam em conta dados que nem sempre refletem qualidade ou não.

De iniciativa dos gestores municipais, o programa merece o reconhecimento. Somente os gestores conscientes da necessidade de oferecimento de condições para a superação de dificuldades de aprendizagem, conseguem dimensionar um programa de tamanha qualidade. Muito mais do que bem aceito entre os diversos segmentos da comunidade escolar, o mesmo é visto como “aula particular” o que tem feito pais conscientizarem-se da importância da frequência.

5.2.2 Aprender e Criar é só Começar

Devido a baixa frequência dos alunos no Projeto Mão no Lápis Coração Feliz, especialmente na EMEF Santo Antônio, a SMECD, implantou neste ano de 2009 um novo projeto/alternativa de aprendizagem para alunos com dificuldades daquele educandário: o projeto Aprender e Criar é só começar. A Secretaria baseou-se na idéia de que a escola precisa ser capaz de promover a aprendizagem de todos os seus alunos, por meio de diferentes maneiras e recursos pedagógicos e na LDB/96 que não só sugere possibilidades de organização da escola e do trabalho escolar, como também possibilita a adoção de outras alternativas, sempre que voltadas para o interesse do processo de ensino aprendizagem.

Assumir o compromisso com a aprendizagem dos alunos, segundo a Secretaria, inclusive daqueles que, por alguma razão, não estão caminhando no ritmo esperado, demonstra o compromisso do professor e o empenho da escola em garantir aos seus alunos meios necessários para que consigam o sucesso na aprendizagem. Mais, demonstra o interesse dos gestores, aqueles que direcionam as políticas públicas educacionais.

O projeto tem como objetivo central oportunizar aos alunos, que estejam encontrando maiores dificuldades na aprendizagem, um tempo específico com o seu professor para que ele retome e intensifique o trabalho pedagógico com os mesmos; bem como oferecer aos demais alunos práticas pedagógicas que dêem seqüência aos conceitos em construção. Tudo isto em turno regular de aula.

Visa ainda ampliar o tempo do professor, com os alunos que demonstram dificuldades; respeitar os ritmos de aprendizagem; revisar conteúdos já trabalhados; lidar com a diversidade de questões relacionadas ao ensino e aprendizagem que surgem na sala de aula, estabelecendo prioridade.

Os alunos dos anos iniciais da EMEF Santo Antônio são os beneficiários deste projeto. Serão atendidos no mesmo turno que estudam com cronograma semanal fixo de 2 horas aproximadamente. Os alunos que estiverem encontrando dificuldades permanecerão com seu professor e os demais serão atendidos por um outro professor, denominado pela Secretaria itinerante. O professor titular trabalha conteúdos e conceitos onde os alunos apresentam maior dificuldade, priorizando Língua Portuguesa e Matemática. O professor itinerante trabalha conteúdos desenvolvidos em sala de aula pelo professor titular, priorizando leitura, produção textual, cálculos, histórias matemáticas.

O professor titular da série permanece com no mínimo 50% de seus alunos durante o primeiro trimestre, chegando ao mínimo de 30% nos dois últimos trimestres. Tanto professor titular quanto o itinerante são acompanhados e assistidos pela Coordenação Pedagógica da escola e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (SMECD).

5.2.3 As Turmas de Menor Número de Alunos

O objetivo principal deste programa desenvolvido pela Secretaria é oportunizar aos alunos com dificuldades de aprendizagem acentuadas, que freqüentam de 1ª a 4ª séries, um currículo condizente com as necessidades e potencialidades dos mesmos (no turno regular de aula).

O projeto está em funcionamento desde 1998, com o objetivo de diminuir os encaminhamentos de alunos para a Escola de Educação Especial.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, juntamente com as escolas, antes do início do ano letivo e durante o mesmo, realizam um processo de escolha dos alunos para a formação das turmas, onde levam-se em conta dificuldades de aprendizagem acentuadas. O critério inicial para o encaminhamento do aluno é concedido pelo professor, sucedido de parecer psicopedagógico e psicológico, além do contato com a família do educando. É observado o número de 10 alunos por turma. Constatado progresso, o aluno retorna a uma turma comum.

Ao longo dos anos, o número de turmas de menor número variou muito, chegando-se a ter até 7 turmas. Neste ano de 2009, está formada apenas uma turma, de 2º ano, localizada na EMEF Santo Antônio. Alunos indicados por outras

escolas, são transportados pela secretaria, do seu bairro até a Escola, garantida a sua vaga na escola de origem ao retornar para uma turma comum.

As avaliações anuais, feitas com os diferentes segmentos – SMECD, equipes gestoras, professores, pais e alunos – tem indicado/optado pela continuidade do projeto, mantendo-se assim até o momento.

A Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto, explica que há freqüentes debates em torno do projeto. Dentre as discussões, está a questão se este é realmente um projeto de inclusão. Em estudo realizado no ano de 2006¹, os alunos e pais foram questionados sobre a visão de outros alunos sobre a turma de menor número. A maioria afirmou que não percebiam diferenciação dos alunos. Questionados sobre “gostar de participar” da turma, a maioria também afirmou que sentia-se bem. Também foram questionados professores e escolas. Na oportunidade, 60% dos entrevistados afirmaram que as turmas não eram um projeto inclusivo, sendo que foi colocado que o conteúdo desenvolvido é conforme o nível da turma e alguns alunos perdem a oportunidade de estar no meio e interagindo com outros alunos, destacando-se também a necessidade da qualificação profissional para o trabalho com esses alunos em turmas comuns. O estudo concluiu que o projeto pode ser um processo inclusivo, mas indica avaliação permanente, busca gradual de mudanças de todos os segmentos envolvidos, através do estudo, análise e participação democrática de forma que se acredite que a escola seja um espaço de inclusão.

Analisando as turmas de menor número, é importante destacar que este é um projeto que pretende desenvolver a cognição e a evolução do pensamento em parâmetros qualitativos, e não quantitativos. A essência do projeto é o trabalho em cima das dificuldades apresentadas. Considera-se assim um projeto de inclusão, pois oferece aos alunos oportunidades de crescimento cognitivo, respeitado o seu ritmo de aprendizagem e as suas dificuldades.

¹ Trabalho apresentado por Eli Terezinha Xavier Donatti, Nilce Cândida Fraporti Johann e Teodora Berta Souilljee Lütkemeyer, para o curso de Pós-Graduação em Gestão do Trabalho Pedagógico do Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão (IBPEX), sob o título Políticas Públicas de Inclusão X Projeto Turma Com Menor Número de Alunos. Na época da realização do estudo, as autoras eram respectivamente coordenadoras pedagógicas e secretária municipal de educação do município de Não-Me-Toque.

5.2.5 5.2.4 Apoio Pedagógico

O apoio pedagógico é realizado por uma professora com carga horária de 20 horas semanais, com larga experiência com alunos com dificuldades de aprendizagem. Trabalha nas 4 escolas da rede municipal localizadas na zona urbana, uma manhã por escola, reservada uma manhã para planejamento.

O trabalho é realizado sempre com no máximo 3 alunos, no turno de aula, visando oferecer um trabalho pedagógico diferenciado para diminuir ou sanar dificuldades de aprendizagem. No total, são atendidos 24 alunos por semana, seis alunos por escola.

5.2.6 Salas Multifuncionais

O programa de implantação das salas de recursos multifuncionais, iniciado pelo Ministério da Educação em 2007, visa apoiar os sistemas de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado, fortalecendo assim o processo de inclusão nas classes comuns de ensino regular, que tem crescido ano a ano.

As salas são equipadas com televisão, computadores, DVDs e materiais didáticos específicos para a educação especial e freqüentadas no contraturno para atendimento educacional especializado. Na rede municipal de Não-Me-Toque, existem 2 salas em funcionamento.

A sala do tipo um, que atende todos os tipos de deficiência menos a visual, está localizada na EMEF Santo Antônio e atende alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem. São atendidos em duplas ou trios por uma professora com carga horária de 20 horas semanais. Dentre os 18 alunos atendidos estão 4 alunos que freqüentam Escola Especial, e um com diagnóstico de deficiência mental.

A sala do tipo dois, que atende alunos com deficiência visual, está localizada na EMEF Ernesto João Cardoso. São atendidos 4 alunos com baixa visão. O

deslocamento dos alunos até as escolas, caso não sejam no seu bairro de origem, é fornecido pela Secretaria Municipal de Educação.

4.2.6 Recuperação Paralela

A LDB/96 – recomenda recuperação paralela na letra "e" do inciso V do art. 24 - "obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos."

Levando em conta o que se entende por educação escolar e respeitando-se as diferenças de aprendizagem dos alunos, fica difícil prever, com precisão, no calendário escolar, os períodos de recuperação; além disso, garantir um período fixo pode levar muitos alunos a deixar para estudar só nessa época. Dentro de um projeto pedagógico consistente, a recuperação deve ser organizada para atender aos problemas específicos de aprendizagem que alguns alunos apresentam, e isso não ocorre em igual quantidade em todas as matérias nem em épocas pré-determinadas do ano letivo.

A recuperação da aprendizagem precisa: ser imediata, assim que for constatada a perda, e contínua; ser dirigida às dificuldades específicas do aluno; abranger não só os conceitos, mas também as habilidades, procedimentos e atitudes.

Nesse sentido, neste ano de 2009, o projeto de Recuperação Paralela, foi descentralizado pela Secretaria Municipal de Educação (SMECD). Cada escola pôde elaborar o seu projeto de Recuperação, condizente com a sua demanda, com a sua realidade. A Coordenação Pedagógica da SMECD sente-se satisfeita por estar assegurando autonomia às escolas e por perceber o bom trabalho que vem sendo realizado pelos professores e gestores escolares.

6. O GESTOR E A DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

Os debates são constantes, todos sabemos. Mas o que ainda não está sendo feito para que alcancemos uma caminhada de sucesso? É importante destacar aqui a figura do gestor. Se este não tiver a consciência de direcionar a educação para um patamar qualitativo e não somente quantitativo, o cenário tende a permanecer como está. Mas é preciso que se leve em conta também, que as mudanças em educação são lentas e graduais. Sendo assim, quanto mais nossos gestores estiverem conscientes e com coragem para realizar mudanças, mais rápida será essa evolução. E, para tal é importante retomar aqui um breve histórico da educação em si e da educação inclusiva.

6.1 A EVOLUÇÃO LENTA E GRADUAL DA EDUCAÇÃO

Desde a chegada dos europeus ao Brasil, o país passou por diversas transformações. E com a educação não poderia ser diferente. Diversas foram as correntes políticas/filosóficas que influenciaram o processo de ensino.

Segundo Paiva Bello (1998) coube a Companhia de Jesus, a responsabilidade pelo ensino no Brasil Colônia. Muito mais do que ensinar, esta educação pública confessional visava a transmissão sistemática dos valores e das práticas religiosas do cristianismo, e também, o modo de vida, seguindo os padrões europeus. A educação em si, era de direito apenas das elites – tinham cursos de “Humanidades”, “Filosofia e Ciências”. Aos menos favorecidos restava apenas a catequização.

No século XVIII profundas transformações econômicas, administrativas e sociais acontecem na Europa (Revolução Industrial). Mais uma vez a educação acompanha o processo histórico, e por ordem do Primeiro Ministro de Portugal, o Marquês de Pombal, os jesuítas são expulsos dos domínios portugueses, marcando o início da Educação Pública no Brasil (1758).

Com a independência (1822), o Brasil, agora Império, cria políticas imigratórias, e junto com estes imigrantes, diversas práticas educacionais são trazidas, cuja influência ainda hoje se percebe na educação da população.

De acordo com a Constituição Outorgada de D. Pedro I, o Governo Central fica responsável pela Educação na Corte e pelo Ensino Superior, sendo as províncias as responsáveis pela organização do ensino primário e médio. Durante o Segundo Império, graças ao interesse do Imperador pela educação, significativos avanços foram obtidos.

De acordo com Bello (1998), com a Proclamação da República (1889), entra em cena a corrente POSITIVISTA. Mesmo a Constituição Republicana de 1891 sendo omissa em relação a questões educacionais, Benjamin Constant liderou uma reforma educacional baseada nos princípios positivistas de Augusto Comte: ordem, progresso, equilíbrio e harmonia, métodos empíricos baseados em dados objetivos e racionais. De acordo com a Constituição o Brasil passa a ser uma República FEDERALISTA. O que na prática, não acontece, pois o aparelho de Estado se torna centralizado e centralizador, e assim também ocorre com as Instituições de Ensino.

Com a Revolução de 1930, quaisquer aspirações quanto às ordens democráticas se desfazem. A Educação passa a receber influências da chamada “Escola Nova”, que consagra a liberdade de ensino e a iniciativa privada no campo da educação, ao lado do papel diretor do Estado. Em 1932 promulga-se o Manifesto dos Pioneiros da Educação que defendiam ideais de democracia, gratuidade do ensino. Neste período é criado o Ministério da Educação. No Estado Novo, idéias autoritárias são incorporadas e apresenta-se um tratamento restrito à educação.

Com o ressurgimento da vida democrática, em 1945, mesmo sob características populistas, renascem antigos debates. O momento caracteriza-se pela confrontação das correntes progressistas, Escola Nova e Tradicional. Somente 13 anos depois é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4024/61. O Estado brasileiro, através da LDBEN, não se revelou capaz de democratizar o ensino.

Após a implantação da Ditadura Militar, institui-se a profissionalização obrigatória do ensino de 2º grau - pedagogia tecnicista (Lei 5692/71). Criam-se disciplinas de caráter obrigatório e conteúdo ideológico.

Depois de 21 anos de regime militar, o Brasil retoma a democracia. A Constituição Federal de 1988 assegura liberdade democrática, fortalecimento do legislativo, respeito integral aos direitos humanos. Esta democracia, representativa, traz a LDB 9394/96.

Os processos educacionais, e não somente estes, são diretamente influenciados pelo contexto histórico, em âmbito político, social e econômico. Somos diretamente influenciados por formas de pensar, teorias. As consideradas mais retrógradas um dia foram as mais em voga, dentro do contexto. Conservadorismo, Positivismo, Marxismo, Liberalismo, Neoliberalismo. Todos “ismos” que podem ou não comprometer os preceitos de uma educação ou gestão democrática. Basta o ser em questão, responsável pelos processos de ensino, tomar conhecimento e refletir a partir do que lhe é apresentado, para que possa efetivamente proceder a uma educação democrática que viabilize o discente como um ser autônomo e que precisa construir opinião própria, levando-se em conta as suas particularidades e principalmente as suas dificuldades.

6.2 A QUESTÃO INCLUSIVA AO LONGO DOS TEMPOS

Na história da Educação são significativas as informações sobre o atendimento educacional às pessoas com deficiência, podendo-se constatar que até o século XVIII as noções sobre a deficiência eram basicamente ligadas ao misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções do realismo. As noções de democracia e igualdade eram ainda meras centelhas na imaginação de alguns indivíduos criados.

No decorrer da história da humanidade, foram diversas as atitudes assumidas pela sociedade em certos grupos sociais com pessoas deficientes, tais atitudes foram mudando de acordo com os fatores econômicos, culturais, filosóficos e científicos. Relatos históricos revelam que pessoas com deficiência foram condenadas ao exílio e à fogueira, por serem consideradas criaturas malignas que tinham pacto com o demônio.

A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como imagem e semelhança de Deus, ser perfeito, pregava a idéia da condição humana como indicação de perfeição física e mental.

Nas primeiras décadas do século XX, com ao advento da industrialização que gerou muitas mudanças sociais e descobertas científicas, surgem alguns esclarecimentos sobre problemas congênitos, disfunções sensoriais e distúrbios mentais e físicos.

Após a II Guerra Mundial (1939-1945) instala-se um campo fértil para discussão dos direitos que garantissem igualdade e fraternidade entre os seres humanos. Para isso, foram elaborados documentos e pela sua importância pode-se citar a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). A partir da década de 90, com a Declaração de Salamanca (1994) a qual teve como objetivo específico de discussão a atenção aos alunos com necessidades especiais reafirma-se o compromisso com a “Educação para Todos” (Declaração de Jomtien, 1990), reconhecendo-se a necessidade e urgência da educação para as crianças, jovens e adultos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Ao assinar esta Declaração, o Brasil comprometeu-se com o alcance dos objetivos propostos, que visam a transformação dos sistemas de educação em sistemas educacionais inclusivos.

À luz do século XXI não cabe mais discriminar ou excluir. Atitudes como estas tornam-se desajustadas. Porém, é preciso lembrar que foi a partir da reflexão sobre fatos historicamente condenáveis que percebeu-se a evolução de conceitos e condutas acerca das pessoas com deficiência.

6.3 E AGORA GESTOR?

6.3.1 Conceituando Gestão em educação

A Gestão dos processos de ensino tem recebido conceitos com expressões diferentes: Gestão Educacional e Gestão Escolar.

A Gestão Educacional está mais ligada às políticas adotadas para a educação, nas esferas municipal, estadual, federal e até mesmo internacional. Corresponde a gestão num contexto maior, que norteia o funcionamento de um grupo de escolas. Refere-se a forma como o Estado organiza a educação.

Em contrapartida, a Gestão Escolar parece estar ligada ao âmbito da escola. Refere-se ao responsável pela tomada de decisões na própria escola, no espaço onde efetivamente ocorre o processo de ensino-aprendizagem. É importante que as equipes gestoras mantenham um nível de autonomia para que possam atuar de acordo com as reais necessidades da sua clientela. Devem primar também pela participação de todos os segmentos nas propostas da escola, pois são os

professores, alunos e funcionários que sabem dizer quais as áreas que estão mais carentes de atenção no âmbito escolar. O envolvimento de professores, equipe técnico-pedagógica, funcionários, alunos, pais e comunidade, devem formar um jeito diferente de compreender o papel da escola e sua gestão. Neste modelo, o trabalho deve ser entendido como prática social e orientador da ação de gestão realizada na organização de ensino.

A autonomia administrativa, financeira e pedagógica e o estabelecimento de mecanismos que assegurem a escolha de dirigentes são algumas das estratégias consideradas essenciais para o fortalecimento da gestão escolar.

5.3.2 O Gestor e as Políticas Públicas para alunos com dificuldades de aprendizagem

De fato, cada vez mais nos deparamos com as crescentes dificuldades de aprendizagem na escola. A impressão que se tem, é que, a cada ano, elas se intensificam. E frente a este cenário, que postura adotar? O que precisam fazer, alunos, pais, professores, escolas, e gestores?

As escolas devem buscar formas de prevenção nas propostas de trabalho, preparar os professores para entenderem seus alunos, diferenciar um a um, respeitar o ritmo de cada um. A escola deve ser um ambiente onde as crianças possam sentir-se bem, amadas e sempre alegres. No momento em que surgir algum problema com algum aluno é importante que haja uma mobilização por parte da escola, a fim de que solucionem a possível dificuldade, dentro das suas possibilidades. A escola deve esforçar-se para a aprendizagem ser significativa para o aluno.

Mas a aprendizagem não pode ser uma tarefa exclusiva da escola ou do profissional que atende a criança; os pais precisam participar, acompanhando e estimulando o processo da criança. A pouca estimulação da família em relação ao ensino, é uma grande dificuldade que as crianças acabam encontrando, e pode desencadear dificuldades na escola.

Segundo entrevista realizada com professores, quando questionados sobre as possíveis causas das dificuldades dos alunos, todos foram unânimes em

concordar com o papel da família como elemento principal. Os professores colocaram que há “pouca cobrança por parte dos pais em relação as atividades escolares”, “falta de comprometimento e acompanhamento familiar”, “desestruturação familiar”, “falta de estimulação familiar”, “falta de ajuda da família; pais que passam o dia fora e não conseguem controlar o horário de estudo dos filhos”, “falta de contato dos professores com a família”. De fato, a família possui importante papel.

Mas infelizmente, nem sempre, a família e a escola conseguem dar conta sozinhas das dificuldades de aprendizagem das crianças. E é neste momento que a idéia que o gestor faz da educação entra em cena. E como, os gestores vêem a educação dos alunos com dificuldades? Questionados, os professores também foram unânimes ao afirmar que faltam políticas públicas direcionadas para este tipo de clientela. Afirmaram que “algo está sendo feito, mas é muito pouco frente as muitas dificuldades; para que dê certo, os professores devem ser preparados desde o início, na graduação, e o trabalho deve ser contínuo”. Também foi colocado por uma professora que trabalha na rede municipal de ensino de Não-Me-Toque e também na rede estadual que “nas escolas de responsabilidade do Estado do RS, não é dado nenhum apoio psicológico e psicopedagógico, tendo que o professor, junto com a coordenação da escola conversar com a família para achar alguma saída”. “A nível nacional e estadual pouca coisa é feita; para os gabinetes o professor é o único responsável, faltam verbas, incentivo, falta tudo”.

Se, o gestor em questão, preocupa-se realmente com a qualidade do processo de aquisição do conhecimento, e tem noção de como se dá esta aquisição cognitiva na criança, certamente direcionará políticas públicas eficazes para diminuir ou sanar déficits de aprendizagem. Como no caso do município de Não-Me-Toque, que já possui uma longa trajetória de iniciativas que contribuem para o aproveitamento qualitativo e não quantitativo do ensino. Uma professora afirmou, em entrevista que “o nosso município tem uma preocupação maior, como exemplo as turmas de menor número onde os professores trabalham com turmas menores, oficinas para alunos com dificuldades, além dos cursos de capacitação oferecidos aos professores – na minha opinião estamos na frente de vários outros municípios na questão da educação”, frisou.

}

Assim sendo, é preciso mais do que um bom discurso para melhorar a qualidade do processo ensino aprendizagem. É preciso mais do que boas intenções. É na prática que o gestor estabelece as diretrizes para que um aluno atinja o sucesso, ou então para que seja condenado ao fracasso.

7. METODOLOGIA

O presente capítulo trata da construção e das etapas da pesquisa. Nesta construção são utilizadas as referências de autores como Marconi; Lakatos (2009), Minayo (2001) e Gil (2002).

Esse trabalho faz parte das Ciências Sociais, pois, de acordo com Marconi; Lakatos (2009, p. 4) “a pesquisa social é um processo que utiliza metodologia científica por meio da qual se podem obter novos conhecimentos no campo da realidade social”. O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa com abordagem qualitativa do tipo Estudo de Caso. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa:

(...) “responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, P.21).

Segundo Gil (2009), com base nos objetivos, a presente pesquisa é considerada descritiva e quanto ao procedimento técnico o estudo de caso foi utilizado. “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno.” (ibid, p. 42).

Como técnica da pesquisa encontrou-se no estudo de caso referenciais, pois o mesmo “consiste num estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.”

Os instrumentos de coleta de dados foram a entrevista e o questionário. A entrevista foi a forma de chegar mais perto dos gestores das escolas municipais de Não-Me-Toque e da Secretaria Municipal de Educação do mesmo município. Já o questionário possibilitou obter informações dos professores de uma escola da rede. Segundo Gil (2009, p. 279) a entrevista foi estruturada “pois o pesquisador segue um roteiro previamente estabelecido. As perguntas feitas ao indivíduo são

predeterminadas”. As entrevistas aconteceram no mês de maio do corrente ano. Mais tarde, elas foram transcritas a fim de analisar os dados.

De acordo com Gil (2008, p. 121) o questionário define-se:

como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado.

Assim a monografia foi construída nas seguintes etapas:

- a) O projeto de pesquisa foi organizado, onde se buscou formular a problemática e delimitar os referenciais teóricos;
- b) Depois foi realizada uma pesquisa nos projetos de atendimento de alunos com dificuldades de aprendizagem da Secretaria Municipal de Educação de Não-Me-Toque. A partir do levantamento dos dados, percebeu-se que existem diversos programas que atendem tal clientela;
- c) Após uma escola foi selecionada para a aplicação dos questionários e uma longa entrevista foi feita com a equipe gestora da Secretaria Municipal de Educação de Não-Me-Toque. Sendo que no primeiro momento foi feito o contato com a direção da escola para a apresentação da pesquisa e encaminhamento das entrevistas. Logo após o contato com a referida Secretaria;
- d) Depois de coletados os dados, a monografia foi organizada e os dados embasaram a organização do capítulo 6. Também se optou por trazer em anexo à transcrição dos questionários.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, discutiu-se a questão das dificuldades de aprendizagem e o direcionamento das políticas públicas dos gestores da educação nas esferas federal, estadual e municipal (município de Não-Me-Toque). Já vimos que somente gestores conscientes e capacitados estão preparados para a implementação de políticas eficazes no “combate” aos déficits. Além disso é preciso que o gestor leve em consideração muito mais os aspectos qualitativos do que quantitativos.

Sabemos que, as dificuldades são cada vez mais crescentes no processo ensino-aprendizagem, e que as mesmas concentram-se principalmente nas áreas da linguagem, do raciocínio lógico-matemático, e da atenção/hiperatividade. O fato é: o que fazer? Que postura adotar, como professor, como gestor? O que tem sido feito pelos gestores da educação? Como podemos melhorar a qualidade da aprendizagem dos nossos alunos? Frente a tantos questionamentos que nos surgem, chegou-se a conclusão de que muito menos do que o necessário está sendo feito pelos gestores a nível nacional e estadual.

Possuímos uma legislação federal e estadual pertinentes para a consolidação de políticas públicas direcionadas a alunos com dificuldades de aprendizagem. De fato, as leis asseguram aos educandos, o direito de aprender, respeitado o seu ritmo de aprendizagem. Mas nem sempre isto vem sendo cumprido, principalmente por parte do governo federal e por parte do governo do estado do Rio Grande do Sul.

Sendo a educação básica, por lei, de responsabilidade dos estados e municípios, o governo federal, através do Ministério da Educação (MEC), muito pouco tem contribuído na questão em discussão. A ação do referido Ministério limita-se a elaboração de materiais de apoio aos professores; materiais esses, que nem sempre conseguem contribuir de maneira efetiva para a melhoria do processo de ensino, por não chegar as mãos dos docentes, ou pelo pouco aproveitamento dos mesmos. Em nenhum momento, os materiais elaborados pelo Ministério, esquecem de mencionar a escola e o professor como grandes responsáveis pelo sucesso ou pelo fracasso escolar. No entanto esquecem que, os incentivos financeiros direcionados para a melhoria da qualidade do ensino ainda são muito restritos, e não tem dado conta desta demanda crescente de alunos (com dificuldades de aprendizagem).

O que se dizer então do Estado do Rio Grande do Sul, que por lei, é um dos responsáveis pela educação básica? Pouco, muito pouco tem sido feito. Melhor; algo tem sido feito sim: transferência total das responsabilidades as escolas e aos professores. Pois como vimos no estudo, a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, SEDUC/RS, limita-se a apresentar projetos, por ora, fictícios, diga-se de passagem. Os mesmos não passam de “projetos”, no sentido lato da palavra, pois muito raros são os municípios que tem algum destes projetos da SEDUC/RS em funcionamento.

Na contra-direção dos governos federal e estadual, realizou-se um levantamento das iniciativas do município de Não-Me-Toque, que tem se tornado referência, no decorrer dos anos, no que se refere as políticas públicas para alunos com dificuldades de aprendizagem. Um longo caminho já foi percorrido pela Secretaria Municipal de Educação em colaboração com escolas e professores. O projeto mais antigo em andamento, o Mão no Lápis Coração Feliz, é um exemplo. Atender alunos no contra-turno de aula para visar superação de dificuldades é muito mais do que dispor recursos e salário para um profissional trabalhar com estes alunos. É ter a consciência de que a qualidade precisa estar ao alcance de todos. E nesta linha de pensamento, criou-se o Aprender e Criar, é só Começar que atende os educandos no horário de aula, devido a baixa freqüência em anos anteriores no Projeto Mão no Lápis, em um educandário do município. Também as Turmas de Menor Número de Alunos, que concentram número reduzido de alunos, para proporcionar atendimento mais individualizado, são uma tentativa de sanar dificuldades. Tem-se ainda o Apoio Pedagógico realizado por uma professora que atende três alunos por vez, que apresentam dificuldades. As salas multifuncionais também já estão em funcionamento na rede municipal de ensino, oferecendo assim melhores condições a alunos que possuem, segundo a secretaria, dificuldades extremas de aprendizagem e portadores de necessidades educacionais especiais. Por fim, a secretaria implantou neste ano de 2009, o projeto de Recuperação Paralela elaborado pela própria escola, visando o atendimento das especificidades das diferentes realidades que as escolas da rede abrangem.

Não se quer dizer aqui, que a rede de Não-Me-Toque não possui problemas. Pelo contrário. Possui, e muitos. Mas o diferencial que aqui se percebeu foi o olhar sobre estes problemas/dificuldades. Graças a gestores capacitados, criou-se ao longo dos anos, uma consciência da necessidade de se direcionar políticas públicas

para alunos que apresentam crescimento irregular, dificuldades de aprendizagem. A Secretaria Municipal de Educação assume com a escola e com os professores a responsabilidade pela recuperação/inclusão de todos os seus alunos. E isto é possibilitar aprendizagem qualitativa e não quantitativa. Uma escola verdadeiramente inclusiva, é a que respeita os diferentes ritmos e que oferece para tanto, programas e projetos que possam auxiliar no desenvolvimento cognitivo de seus educandos, qualitativamente.

REFERÊNCIAS

ADUN, MICHELE. **Dislalia**. Disponível em: <www.appai.com.br/Jornal_Educar/educar_n7/saude/dislalia>. Acesso em 15 Jun 2009.

BELLO, JOSÉ LUIZ DE PAIVA. **História da Educação no Brasil**. 1998. Disponível em <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb01.htm>>. Acesso em 12 Jun 2009.

BRASIL. **Constituição Federal, de 05.10.88. Atualizada com as Emendas Constitucionais Promulgadas**. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 11 Jun 2009.

_____. **Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em <www.mec.gov.br>. Acesso em: 11 Jun 2009.

_____. **Lei n. 10.172/01 – Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 11 Jun 2009.

_____. MEC/SEESP. **Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais**. 2. ed. Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

_____. MEC/SEESP. **Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2005.

Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. **Parecer nº 56/2006 - Orienta a implementação das normas que regulamentam a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul**. Disponível em <www.educacao.rs.gov.br>. Acesso em: 12 Jun 2009.

CORREIA, L. M., MARTINS, A. P. (2000). **Dificuldades de Aprendizagem – Que são? Como entendê-las?**. Biblioteca Digital, Coleção Educação. Porto: Porto Editora.

GIL, ANTONIO CARLOS. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAASE, VITOR GERALDO. **Discalculia do desenvolvimento**. Disponível em <npsi-reha.blogspot.com/2008/10/discalculia-do-desenvolvimento.html>. Acesso em 13 Jun 2009.

JORNAL NACIONAL. **Uso indiscriminado de medicamento em crianças preocupa**. Disponível em <jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL1199887-10406,00USO+INDISCRIMINADO+DE+MEDICAMENTO+EM+CRIANCAS+PREOCUPA.html>. Acesso em 19 Jun 2009.

LECOURS, André R.; PARENTE, Maria A. M. P. **Dislexia: implicações do sistema de escrita do português**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997

LUCZYNSKI, FÁBIO. **Dislexia**. Disponível em: <www.dislexia.com.br>. Acesso em 13 Jun 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, p. 21. 2001

REIS, Luciana. **Disortografia**. Disponível em: <www.centrodefonoaudiologia.com/disortografia-dificuldade-de-aprendizagem>. Acesso em 14 Jun 2009.

RIO GRANDE DO SUL. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul** de 3 de outubro de 1989. Atualizada com as emendas constitucionais. Disponível em <www.al.rs.gov.br/prop/Legislacao/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 14 Jun 2009.

ROTTA, Newra. T.; OHLWEILER, Lygia; RIESGO, Rudimar dos Santos. **Transtornos da aprendizagem abordagem neurobiológica e multidisciplinar**. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SAMPAIO, SIMAIA. **Leitura, escrita e dislexia: uma análise cognitiva**. Tradução Dayse Batista. 2004.

SANCHEZ, Jesus Nicasio Garcia. **Dificuldades de aprendizagem e intervenção psicopedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2004

Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul. **Projeto Escola de Tempo Integral**. Disponível em <www.educacao.rs.gov.br>. Acesso em: 14 Jun 2009.

APÊNDICE A

MODELO DE ENTREVISTA

PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL / UAB UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Pesquisa de campo para confecção da monografia “*Políticas Públicas do município de Não-Me-Toque para Alunos com Dificuldades de Aprendizagem*” do curso de Especialização Lato Sensu em Gestão Educacional da UAB/UFSM

Acadêmico: Fábio Augusto Dirings

- 1) Quais as principais dificuldades de aprendizagem constatadas nos alunos?
- 2) Na sua opinião, quais as possíveis causas destas dificuldades?
- 3) Constatada a dificuldade qual a sua posição em relação ao aluno?
- 4) Que tipo de atividade extra é oferecido pela Escola/Secretaria de Educação para recuperar este tipo de aluno? Caso afirmativo, estas atividades contribuem para sanar ou diminuir as dificuldades de aprendizagem?
- 5) Como você avalia as políticas públicas para alunos com dificuldades de aprendizagem, a nível nacional, estadual e municipal?

APÊNDICE B**DADOS COLETADOS A PARTIR DE ENTREVISTA REALIZADA COM
PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NÃO-ME-TOQUE/RS****1 – Quais as principais dificuldades de aprendizagem constatadas nos alunos?**

--

“Falta de estimulação familiar, distúrbios emocionais.”

“Nas turmas do currículo acho que uma das possíveis causas é a falta de ajuda da família. Pais que passam o dia fora e não conseguem controlar o horário de estudo dos filhos, os temas de casa, as obrigações com a escola. Os alunos estão cada vez mais sem vontade de estudar, parece que pouca coisa desperta interesse para eles.”

“Histórico familiar, pouco estímulo e incentivo da família, falta de interesse e estudo do aluno.”

“As causas das dificuldades podem ser a falta de curiosidade, desinteresse e a ausência da família para ajudar nas atividades de casa como temas, pesquisas, leituras. A escola deveria ser mais atrativa.”

“Pouca leitura, falta de estudo, desinteresse, pouca curiosidade em aprender.”

“A falta de atenção e concentração e o desinteresse em aprender algo novo.”

“Falta de atenção e concentração. Pouca leitura e pouca cobrança por parte dos pais em relação as atividades escolares.”

“Falta de interesse, imaturidade, pouca leitura, falta de comprometimento e acompanhamento da família.”

“Falta de leitura, pouca produção de textos nas séries iniciais, falta incentivo da criatividade (a partir do lúdico) e falta conhecimento de mundo.”

“Falta interesse, pouca valorização da educação ou da cultura, ninguém se preocupa em ser culto, recebem tudo pronto, não precisam pensar (mídia, computador, poucos usam a leitura), desestruturação familiar, inversão de valores.”

“Tentar incentivar o aluno sobre a importância dos estudos, salientar que no mundo atual a educação e a cultura são meios mais fáceis e corretos de obter sucesso. Procuramos sempre recuperar o aluno com atividades paralelas, porém sabemos que não colocamos nada na cabeça do aluno, a modificação precisa ser interna, vontade de mudar e aprender parte do próprio indivíduo.”

“Incentivo a leitura e a produção, correção e atendimento individual.”

“Deve-se comunicar a família das dificuldades apresentadas pelo aluno, dar um atendimento particular para tentar diminuir as dificuldades, mandar atividades extras para que sejam desenvolvidas com o auxílio da família.”

“Estimular o aluno a desenvolver suas potencialidades e crescer (dificuldades) buscando outras alternativas, como, conversar com os pais e expor as dificuldades e limitações, oferecer atividades diferenciadas de acordo com as necessidades, além das oferecidas ao grande grupo.”

“Procuro fazer com que ele perceba o seu erro e tente corrigi-lo. Preparo atividades diferenciadas, que tenham a participação de todos os alunos (sem exclusão) para que todos se sintam importantes, úteis dentro do grupo. Isso faz com que os alunos tenham um pouco de interesse e atenção.”

“Intensifico a leitura em sala de aula, bem como interpretação oral e escrita”.

“Realizar atividades diferenciadas para sanar as dificuldades, prestar mais atenção no aluno, conversar com o aluno e os pais. Trazer atividade que o aluno tenha interesse.”

“Realizar atividades individualizadas para atingir a dificuldade do aluno, tendo atenção especial com esse aluno e realizando essas atividades diariamente.”

“Como coordenadora, procuro sempre deixar os pais a par da situação, pedindo ajuda para que cobrem responsabilidade dos filhos, olhem cadernos, as atividades que fizeram em aula, para que seus filhos vejam que os pais estão dando atenção. Converso com o aluno, olho seus cadernos, retomo algumas dificuldades quando possível, como leitura, ditado, tabuada...”

“Contato com a família, atendimento mais individualizado.”

“Projeto Mão no Lápis Coração Feliz que atende um grupo de 6 alunos quatro períodos semanais, através de jogos direcionados aos distúrbios de cada aluno; salas multifuncionais para deficiência auditiva e visual. As atividades diminuem as dificuldades mas o processo é lento. Oficinas de xadrez, artesanato, futebol.”

“Temos na escola o Projeto Mão no Lápis Coração Feliz, para alunos do 1º ao 4º ano, e 4ª série, turno manhã e tarde, onde os alunos vem em turno inverso e realizam atividades de reforço com jogos, atividades diferenciadas. O professor consegue atender melhor individualmente pois são 6 alunos de cada série beneficiados, auxiliando nos problemas de aprendizagem, ajudando a sanar dificuldades.”

“Para os alunos do 2º ano ao 4º ano e 4ª série a SMECD oferece nas escolas o Projeto Mão no Lápis Coração Feliz, onde os alunos vem em turno inverso para realizarem atividades de reforço e jogos. Essas atividades são importantes e auxiliam no rendimento dos alunos e ajudam a sanar as dificuldades.”

“São oferecidas as oficinas de artesanato e esporte. Momento para o aluno realizar atividades mais descontraídas.”

“Recuperação Paralela e especial. Projetos. Ajuda a melhorar um pouco as dificuldades.”

“A escola tem oficinas (xadrez, leitura, compreensão textual, artesanato) que despertam o interesse e a atenção dos alunos pelas atividades, pela leitura, além disso oferece aos alunos palestras que mostram a importância de estudar e não apenas ir a escola. A Secretaria de Educação oferece apoio psicopedagógico, porém, na minha opinião, os encontros com os alunos acontecem num espaço muito grande de tempo. Deveria ser algo contínuo.”

“Projeto Mão no Lápis. É um auxílio a mais, mas cada um deve saber aproveitar a oportunidade, ou seja, o aluno esforçado e com o apoio da família consegue diminuir as dificuldades.”

“Projeto Mão no Lápis – contribui pois é um trabalho realizado com um grupo pequeno de crianças, onde é trabalhado somente as dificuldades individuais.”

“Projetos e Estudos de Recuperação Paralela.”

“Recuperação Paralela na escola, oficina para alunos com dificuldades. Contribuem para alunos que realmente querem aprender. Muitos convocados nem aparecem nessas atividades.”

“A nível nacional e estadual pouca coisa é feita. Para os gabinetes o professor é o único responsável, faltam verbas, incentivo, falta tudo. O nosso município tem uma preocupação maior nesse sentido. Temos as turmas de menor número, que acho eficientes pois as professoras trabalham com turmas menores, oficinas para alunos com dificuldade. Além dos cursos de capacitação oferecidos aos professores (na minha opinião estamos a frente de vários outros municípios na questão da educação.”

“Todo o sistema educacional brasileiro precisa ser revisto. É necessário avaliar o todo, se você quer ter bons resultados precisa melhorar todo o processo (metodologia, material didático, estrutura física e material das escolas, formação e qualificação de professores, entre outros).”

“A nível nacional pelo que sei não é desenvolvido nada, pois o trabalho no Ensino Fundamental compete ao Estado e ao Município. A nível de estado não é dado nenhum apoio psicológico e psicopedagógico, tendo que o professor, junto com a coordenação da escola conversarem com a família para achar alguma saída. No município, as escolas possuem o projeto, que acredito ajuda sanar algumas dificuldades, pois o atendimento é individual. Possui na SMECD um atendimento psicológico e psicopedagógico, mas não conseguem atender todos os casos encaminhados.”

“Algo está sendo feito, mas é muito pouco frente as muitas dificuldades. Para que dê tudo certo, os professores devem ser preparados desde o início, na graduação, e o trabalho deve ser contínuo.”

“Penso que ainda são ineficientes. Deveria haver aula em turno inverso alguns dias da semana para recuperar alunos com dificuldades.”

“Precisam ser oferecidas oficinas de aprendizagem em turno inverso nas dificuldades constadas de 5ª a 8ª séries. Penso que seria uma das providências para devagar solucionar os problemas.”

“Precisam ser mais efetivas e que atingissem a todos os alunos, porque os alunos com dificuldades de 5ª a 8ª séries não possuem um acompanhamento em turno inverso, o que acredito que seria benéfico para superar as dificuldades.”

“Para alunos com dificuldades de aprendizagem acredito que o reforço em turno inverso ajuda a superar as dificuldades, mas acredito também que deveria ser feito algo para uma maior motivação e interesse pelos estudos, na valorização da escola e esse trabalho deve começar pela família.”

“As políticas voltam-se a inclusão como sendo a resolução dos problemas... No município faltam mais profissionais para a demanda de alunos com dificuldades de aprendizagem (há 2 psicólogas para toda a rede), agravando-se os problemas pela demora, sendo que quanto mais cedo, mais fácil de ser sanado.”

}

ANEXO A

TAXAS BRASILEIRAS DE REPETÊNCIA

{ EMBED PBrush }

Fonte: Correio Braziliense – 03/11/2008

*Em 2007, taxa geral de repetência de
18,7%*

ANEXO B

TAXA DE RENDIMENTO – ENSINO FUNDAMENTAL – RS 2007

{ EMBED PBrush }

FONTE: SEDUC/RS

}